

UM VERÃO QUENTE NO *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*: UMA PROFUNDA ANÁLISE DO DN DURANTE O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO - 1975

CELIANA AZEVEDO
Universidade Nova de Lisboa - ICNOVA
celianaazevedo@fcsh.unl.pt

Resumo

Em 1975, no chamado Verão Quente, a sociedade portuguesa passava pelo Processo Revolucionário em Curso (PREC) marcado pela tentativa de controlo o poder, as pessoas, as empresas e as instituições pelas forças conservadoras da direita (Liliana Machado, 2010). Durante esse período, a imprensa é impactada, entre outros aspetos, pelo o saneamento de funcionários, imposição de alterações de dirigentes na administração e nas redações dos jornais e através da implementação de novas formas de submissão dos trabalhadores (Gomes, 2018). Portanto, depois de décadas de uma imprensa fortemente marcada pela censura segue-se um período de grande volume de acontecimentos resultado de uma sociedade em ebulição que envolveu civis, militares, políticos e também os profissionais dos vários meios de comunicação social. O jornal lisboeta Diário de Notícias foi um exemplo de como esse período de tensão teve influência no modo como a imprensa desenvolveu suas atividades. Bourdieu (1993:33) descreveu o jornalismo como um microcosmo dentro de um

macrocosmo que obedece “its own laws, its own *nomos*”. Assim, com intenções de contribuir para um maior entendimento sobre a história do jornalismo em Portugal, este estudo, ainda em curso, propõe fazer uma profunda análise no Diário de Notícias durante o ano de 1975 e verificar como foi afetado pelos acontecimentos da época e como esse periódico e seus profissionais se adaptaram à nova realidade. A metodologia utilizada é uma análise quantitativa e qualitativa das edições do DN entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1975 partir de consulta em arquivos. O objetivo é identificar e analisar todas as notícias que estejam ligadas ao Processo Revolucionário em Curso e que se refiram a jornais e a jornalistas portugueses.

Palavras-chave

Diário de Notícias; História, Jornalismo; Verão Quente;

INTRODUÇÃO

Em 1975, no chamado Verão Quente, a sociedade portuguesa passava por um período que marcaria a sua história. Com o fim da ditadura militar e esforços de implementação de uma democracia, o Processo Revolucionário em Curso (PREC) foi marcado pela tentativa de controlo do poder, das pessoas, das empresas e das instituições pelas forças conservadoras da direita enquanto os militares tinham planos diferentes para o país (Liliana Machado, 2010). Portanto, Depois de um período em que a sociedade portuguesa tinha os seus passos controlados de perto pelo governo ditatorial, houve um pulular de acontecimentos em todas as franjas da sociedade e, dentro deste contexto, a imprensa desempenhou um influente papel.

Nos meios de comunicação de todo o país ocorreu, entre outros aspetos, o saneamento de funcionários, imposição de alterações de dirigentes na administração e nas redações dos jornais e a implementação de novas formas de submissão dos trabalhadores (Gomes, 2018). Assim, depois de décadas de uma imprensa fortemente marcada pela censura segue-se um período de grande volume de acontecimentos resultado de uma sociedade em ebulição que envolveu civis, militares, políticos e também os profissionais dos vários meios de comunicação social

trazendo como consequência uma imprensa altamente influenciada pelos factos da época e que, como sequência, também estava comprometida ideologicamente por esses mesmos acontecimentos. Isso trouxe como resultado uma imprensa parcial e que, muitas das vezes, deixava transparecer em suas páginas.

Bourdieu (1993, p. 33) descreveu o jornalismo como um microcosmo dentro de um macrocosmo que obedece “its own laws, its own *nomos*”. Por isso, para uma melhor compreensão de uma realidade tão complexa como foi a do processo revolucionário ocorrido depois do fim da ditadura e quando o país ainda se ajustava à democracia tendo como um dos protagonistas a imprensa nacional é importante um estudo que leve em consideração os conteúdos informativos publicados pelos jornais impressos.

O jornal Diário de Notícias foi um exemplo de como esse período de tensão teve influência no modo como a imprensa desenvolveu suas atividades. Assim, com intenções de contribuir para um maior entendimento sobre a história do jornalismo em Portugal, este estudo propõe fazer uma profunda análise no Diário de Notícias durante o ano de 1975 e verificar como foi afetado pelos acontecimentos da época e como esse periódico e seus profissionais se adaptaram à nova realidade e que interpretação dos factos transmitiram aos seus leitores.

A metodologia utilizada é uma abordagem quantitativa e qualitativa das edições do DN entre janeiro de 1975 e janeiro de 1976. Para delimitar a pesquisa, restringimos a análise mais exaustiva aos meses de julho, agosto e setembro de 1975, ou seja, durante o chamado Verão Quente. A recolha de informações foi feita a partir da consulta dos exemplares do jornal Diário de Notícias em arquivos, onde as notícias relacionadas a jornais, jornalistas e o setor da informação em Portugal, de um modo geral, foram todas fotografadas.

Para a codificação desses dados utilizamos uma grelha de análise organizada em categorias feita com base nos seguintes critérios: data; título; se estava ou não assinado; género jornalístico; órgão de comunicação social que se referia; se a notícia provinha de um comunicado; se existia fonte de informação; quem eram os atores principais da notícia; e o tema abordado. O objetivo, portanto, foi identificar e analisar todas as notícias que estivessem ligadas ao período revolucionário e que se refiram aos meios de comunicação em Portugal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS E O ANO 1975

O primeiro número do Diário de Notícias data de dezembro de 1864 e, desde então até os tempos atuais, tem acompanhado todos os grandes acontecimentos em Portugal fazendo com que a história deste jornal diário esteja, desde o início, intrinsecamente ligada à história do país. Ao longo desse um século e meio de existência, o DN passou pela Monarquia, República e ditadura vivenciando tanto a liberdade de expressão como a censura prévia. Esses e outros aspetos fizeram com que O Diário de Notícias seja uma das grandes referências quando queremos buscar informações sobre como acontecimentos históricos de desenvolveram em Portugal. Assim, recorreremos ao DN para entendermos como o Processo Revolucionário em Curso impactou e foi impactado pela imprensa da época.

DN passa a subordinar-se e a depender do Estado depois da nacionalização da banca, em março de 1975, pois era pertencente à Empresa Nacional de Publicidade, propriedade da Companhia Portugal e Colónias e cujo capital financeiro era maioritariamente pertencente à Caixa Geral de Depósitos (Figueira, 2007). O Diário de Notícias, portanto, é diretamente afetado pelas mudanças políticas e militares que ocorriam em Portugal. A partir deste momento, o periódico passa a estar alinhado às orientações do Movimento das Forças Armadas – MFA - e à linha ideológica do PCP, com o Governo tendo grande atuação no quotidiano das redações. Isso quer dizer que o Estado português passou a escolher os administradores do jornal e, como resultado, tinha uma direta relação também nas escolhas das direções do jornal e na sua linha editorial.

Depois da nacionalização do periódico, a primeira grande mudança que viria a acontecer foi a substituição da direção do jornal, tendo sido este o caso mais emblemático entre a imprensa portuguesa da época. Em março de 1975, Luís de Barros e José Saramago, ligados ao Partido Comunista, tornam-se, respetivamente, os novos diretor e diretor adjunto do Diário de Notícias ao substituírem José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos, mais próximos do Partido Socialista, que optaram por abandonar o jornal. A nova direção do DN, possuía um discurso de claro alinhamento com os interesses do MFA (Movimento das Forças Armadas), do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves e PCP e tendo como oposição, Mário Soares. Isso fez com que o jornal tivesse a sua própria

forma de interpretar e compreender e explicar os acontecimentos do país e com a maior cobertura no país, com tiragens diárias que chegavam a 120.000 exemplares, o DN tornou-se uma importante influência ideológica e política no Processo Revolucionário em Curso - PREC.



Figura 1. *Diário de Notícias*, 08 de abril de 1975, primeira página.

Fonte: Reprodução do original

O *Diário de Notícias*, neste momento, apesar de ter um discurso oficial de compromisso com a informação, trazia as suas notícias cheias de interpretação sobre os ocorridos. Nota-se também claramente que o PCP, o MFA e Vasco Gonçalves sempre foram tratados nas páginas do jornal de forma positiva e com relevância.

“É preciso ter presente, todavia, que estamos a olhar para um período altamente politizado e idealizado da História recente de Portugal, em que os órgãos de comunicação social, nomeadamente os jornais, foram actores políticos importantes. Era um tempo em que a Informação e as notícias, parafraseando uma célebre cantiga da época, “era uma arma”. Daí, que a dimensão de “objectividade” que, apesar disso, todos reclamam para o respectivo trabalho estela geralmente ausente” (Figueira, 2007).

A TEMÁTICA JORNALISMO NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O período conhecido como Verão Quente vai de 10 de julho de 1975, quando o PS abandona o IV Governo Provisório liderado pelo general Vasco Gonçalves, até 19 de setembro de 1975, quando ocorreu a tomada de posse do VI Governo Provisório chefiado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. Durante estes meses, o Diário de Notícias apresenta 130 notícias sobre jornais e jornalistas portugueses que não diferem muito daquilo que é observado durante todo o ano. Assim, vamos apresentar dados mais amplos que englobam 575 notícias entre janeiro de 1975 e janeiro 1976 e faremos apontamentos precisos dos meses julho, agosto e setembro de 1975.

Com tiragens diárias que chegavam até os 200.000 exemplares, o DN de 1975 fazendo deste jornal o com maior veiculação nacional. Com relação à temática da pesquisa, as peças recolhidas das edições do Diário de Notícias (575) são, maioritariamente, notícias (293 notícias breves e 232 notícias com desenvolvimento), que ocupam um quarto de uma página ou menos (549). Deve-se levar em consideração que este jornal era do tipo tabloide e possuía 16 páginas no seu caderno principal, portanto, mesmo que à primeira vista as peças possam ser interpretadas como pequenas, na verdade eram bastante extensas. Essas mesmas características são também identificadas durante o período de análise os meses de julho, agosto e setembro de 1975, ou seja, durante o Verão Quente.

Do total de peças, 58 se encontravam na primeira página sendo que 6 eram manchetes. Isso significa que a temática comunicação social no Diário de Notícias era tratada que forma cuidada e com algum destaque visto que em seis casos chegou a figurar como um assunto de grande destaque, ou seja, como manchete. As peças jornalísticas em sua esmagadora maioria não estavam assinadas (556), algo que era comum para época e, em grande medida também pode ser interpretado como uma consequência advinda dos longos anos em que os meios de comunicação em Portugal passavam pelo processo de censura prévia. Essa realidade só viária a mudar anos mais tarde como os jornalistas e colaboradores dos jornais portugueses passariam a assumir a responsabilidade individual pela autoria dos seus textos. O rigor e a preocupação que hoje os meios de comunicação, pelo menos em teoria,

possuem como a apresentação das fontes de informação com objetivo é dar mais credibilidade à notícia, em 1975 não eram tão evidentes nas páginas do Diário de Notícias visto que somente 159 peças possuíam fonte de informação clara, sendo que em 127 delas a fonte de informação era um comunicado.

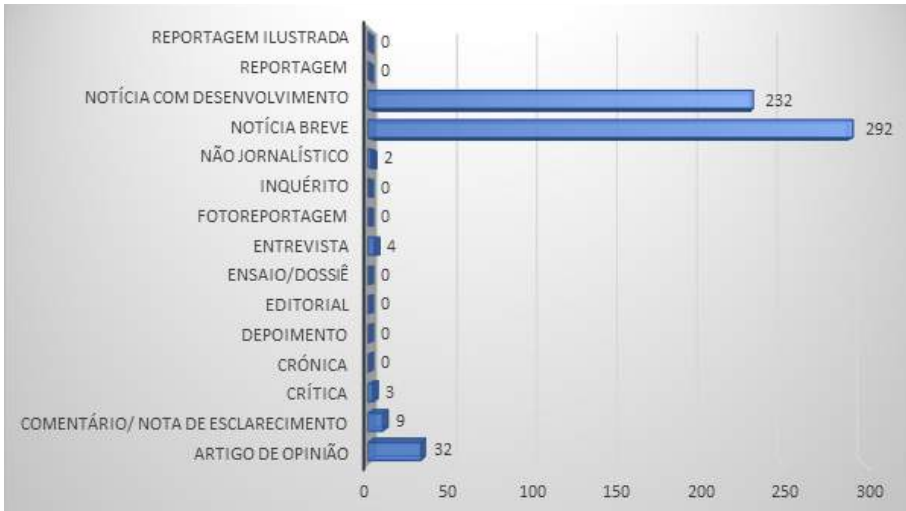


Gráfico 1. Género jornalístico.

Fonte: Elaboração própria.

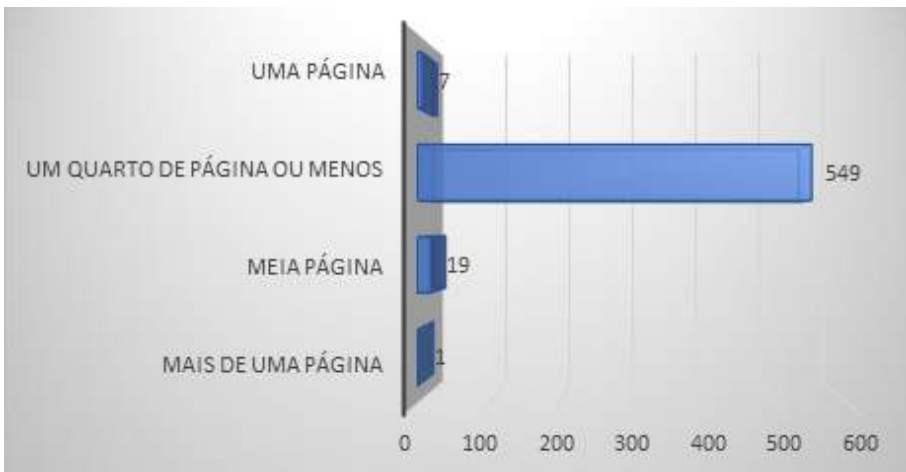


Gráfico 2. Tamanho da peça.

Fonte: Elaboração própria.



Gráfico 3. Localização da peça na primeira página.

Fonte: Elaboração própria.

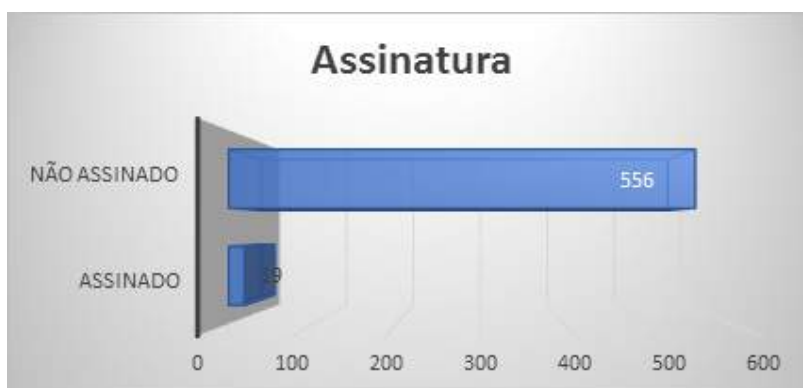


Gráfico 4. Autoria da peça

Fonte: Elaboração própria

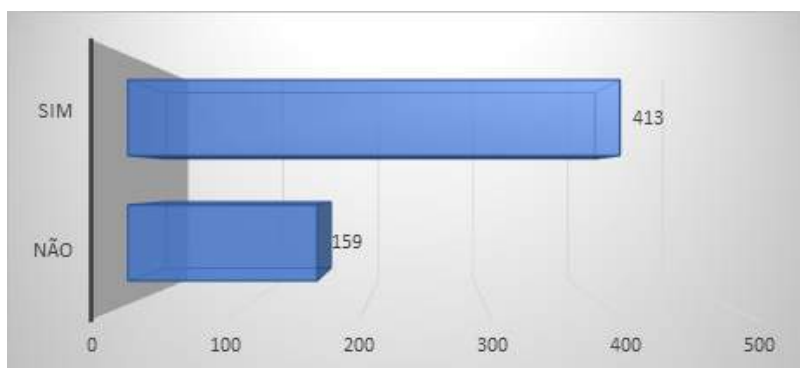


Gráfico 5. Fonte de informação.

Fonte: Elaboração própria.

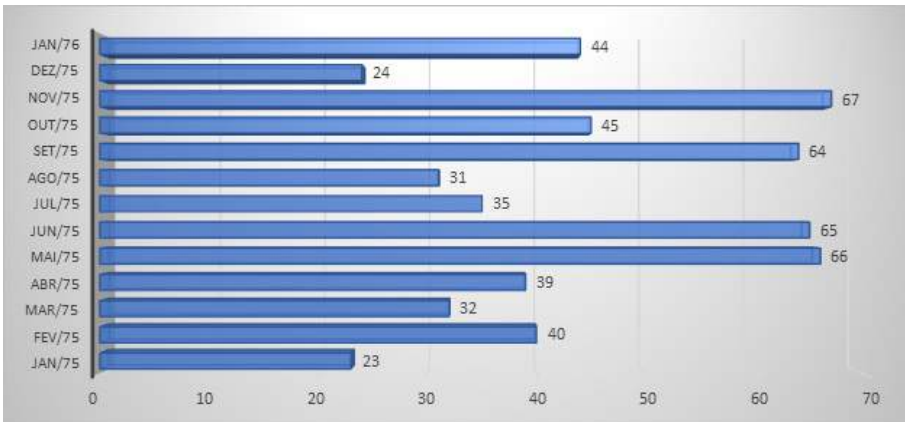


Gráfico 6. Freqüência da notícia por mês.

Fonte: Elaboração própria.

No período de recolha de informações, os meses quando DN tem um número de notícias mais elevado relacionadas à temática da presente pesquisa são os meses de maio, junho, setembro e novembro de 1975. Durante o mês de maio, as notícias que o DN publica sobre os meios de comunicação está em volta, principalmente, do *caso República*: de um total de 66 notícias do mês de maio, quase metade (30 peças) eram sobre o jornal República. A crise do jornal República coincide com os conflitos de 1º de maio, quando Mário Soares foi impedido de chegar à tribuna do comício no dia do trabalhador. Isso acabou por trazer como consequência um conflito ideológico entre facções políticas de trabalhadores daquele jornal que impediram o periódico de ser publicado durante um longo período de tempo.

O mês de novembro, por sua vez, é cheio de acontecimentos que marcariam a história portuguesa e dos meios de comunicação social. É nesse momento que ocorre a tentativa de golpe em 25 de novembro que resultará na suspensão de diversos órgãos de comunicação, inclusive o Diário de Notícias, um dos que ficaram suspensos por mais tempo. O DN passou quase um mês sem publicar, sendo impedido a partir do dia 26 de novembro, retornando somente em 22 de dezembro. As páginas do DN no mês de novembro estão cheias de protestos e esquerdismos. Na edição do dia 3 de novembro, O DN traz uma chamada de primeira página em que denuncia que um golpe está a ser preparado um novo 11 de maio com o objetivo de tomar o poder: “Golpe reaccionário em

preparação”. Antes de ser suspenso e no dia em que a tentativa de golpe teve lugar, no dia 25 de novembro, o DN publicará duas edições onde a revolução tem grande destaque. Essas edições são as últimas em que Luís de Barros e José Saramago figuram como diretores e a região de Lisboa é abrangida pelo estado de sítio.



Figura 2. Diário de Notícias, 3 de novembro 1975, primeira página.
Fonte: Reprodução do original.

As temáticas Queixa/Acusação/Repúdio/Moção; controlo da empresa e da informação e tentativa de regulação dos media foram as mais abordadas nas páginas do Diário de Notícias. Isto é um facto que reforça a ideia de que esta parte da história portuguesa foi um período combativo quando os forças do poder político e militar impunham regras apertadas no funcionamento dos meios de comunicação. Durante o período estudado, o DN teve sua atenção, como podemos ver no gráfico abaixo, muito centrada no setor da informação em geral (136), mas seguiu de perto os acontecimentos que relacionavam-se ao jornal República (80), à Rádio Renascença (70) e também falou muito de si próprio deixando o leitor bem informado sobre o que se passava internamente e que afetava o funcionamento do Diário de Notícias (67).



Gráfico 7. Temas mais abordados.

Fonte: Elaboração própria

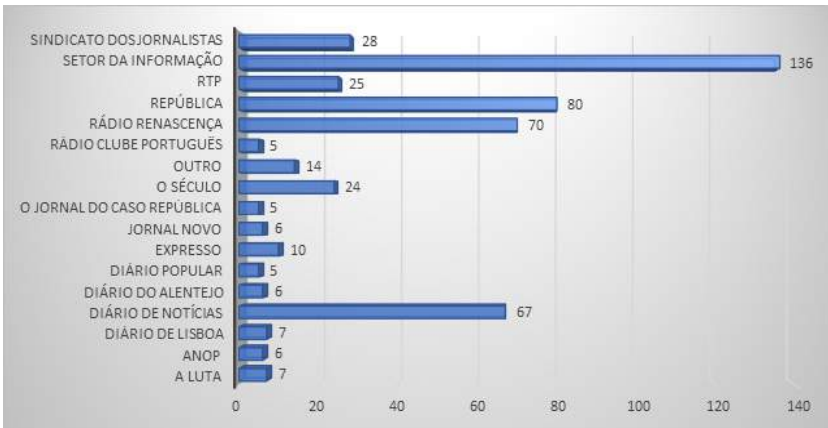


Gráfico 8. Meios de comunicação mais abordados.

Fonte: Elaboração própria



Gráfico 9. Atores principais mais abordados.

Fonte: Elaboração própria

A RÁDIO RENASCENÇA COMO TEMÁTICA NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Ao longo do ano de 1975 e janeiro de 1976, o Diário de Notícias seguiu de perto os acontecimentos de tratavam da Rádio Renascença, mesmo porque a temática era de grande interesse popular. O impasse já se arrastava desde 30 de abril de 1974 quando a rádio foi ocupada pelo Movimento das Forças Armadas e a partir desse momento, “não houve descanso para a Igreja e para a sua ‘voz’” (Cádima, 2010). Podemos confirmar esta informação através da quantidade de notícias e dos conteúdos que o jornal publicou sobre essa temática em 1975 (70 peças), sendo, portanto, juntamente com o jornal República, o meio de comunicação que mais vezes foi referido nos títulos do DN.

Ao ler e analisar todas as peças jornalísticas publicadas pelo Diário de Notícias verificamos a cobertura intensa dos conflitos entre os trabalhadores da RR, os militares, os políticos, a Igreja e várias franjas da sociedade. Durante o período mais específico de análise, os meses de julho, agosto e setembro de 1975 (verão quente) o DN possui 13 notícias sobre a Rádio Renascença. Como podemos observar, a cobertura jornalística sobre o apoio popular que a Rádio Renascença teve ao longo de todo o período de conflito esteve constantemente nas páginas do DN.

A primeira delas refere-se ao dia 01 de julho de 1975 quando foi criada uma comissão para tentar resolver o conflito que assolava a Rádio Renascença há vários meses. Os seus estúdios estavam ocupados pelos trabalhadores da rádio que são convidados para uma reunião com o Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, e o Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno. Esta reunião foi repercutida pelo DN que abriu sua edição do dia 2 de julho com a chamada de primeira página: “A Rádio Renascença vai ser entregue à entidade patronal”.



Figura 3. *Diário de Notícias*, 02 de julho de 1975.
Fonte: Reprodução do original.

Como era comum na época, a notícia tem como base um comunicado divulgado pela Rádio Renascença após a reunião entre trabalhadores e Governo. Nesse comunicado, era solicitado o apoio da população que resultou em uma manifestação, no dia seguinte. Mesmo assim, o Conselho da Revolução manifesta a intenção de nacionalizar a RR (Silva, 2013), o que faz com que Vasco Gonçalves ameaçasse demitir-se. Mesmo sem citar nomes, essa possibilidade de demissão foi cuidadosamente tratada pelo DN em alinhamento com a sua política editorial de apoio ao Gonçalvismo. O DN traz o assunto no dia 4 de julho com uma chamada de primeira página com o título “A nacionalização como saída para o caso da Renascença” e no interior das páginas do jornal “As últimas decisões do Conselho da Revolução”.

Em um momento em que ver a sua opinião expressa nas páginas de um jornal era um desafio, uma das formas em que a sociedade da época usava para apoiar ou manifestar repúdio era o envio de correspondências às redações dos jornais impressos. O Jornal DN sempre fazia referência as muitas manifestações que chegavam à redação através de moções de vários grupos organizados ou quando dava destaque à angariação de dinheiro que seria revertido à Rádio Renascença, como podemos ver logo abaixo.



Figura 4. *Diário de Notícias*, 05 de julho de 1975, página 7. Fonte: Reprodução do original.

A edição de 30 de setembro de 1975, o *Diário de Notícias* traz uma notícia sobre o “silenciamento” da Rádio Renascença. Esse foi um dos pontos altos dos acontecimentos que se iniciaram no dia 19 de setembro quando com a tomada de posse do VI Governo Provisório chefiado por Pinheiro de Azevedo, um momento da história considerada mais moderado. A partir daí surgiram rumores de que o novo Ministro da Comunicação Social se preparava para entregar a RR à entidade patronal. O *Diário de Notícias* repercute esta possibilidade no dia 23 de setembro com uma chamada de primeira página onde diz que “O problema da Rádio Renascença parece querer ressurgir rapidamente. Isto porque, na manhã de ontem, a Redacção do República recebeu a informação de que o novo ministro da Comunicação Social, dr. Almeida Santos, decidira entregar a R. R. ao Patriarcado”. Tal possibilidade de foi negada pelo por Almeida Santos em declaração do telejornal da RTP.

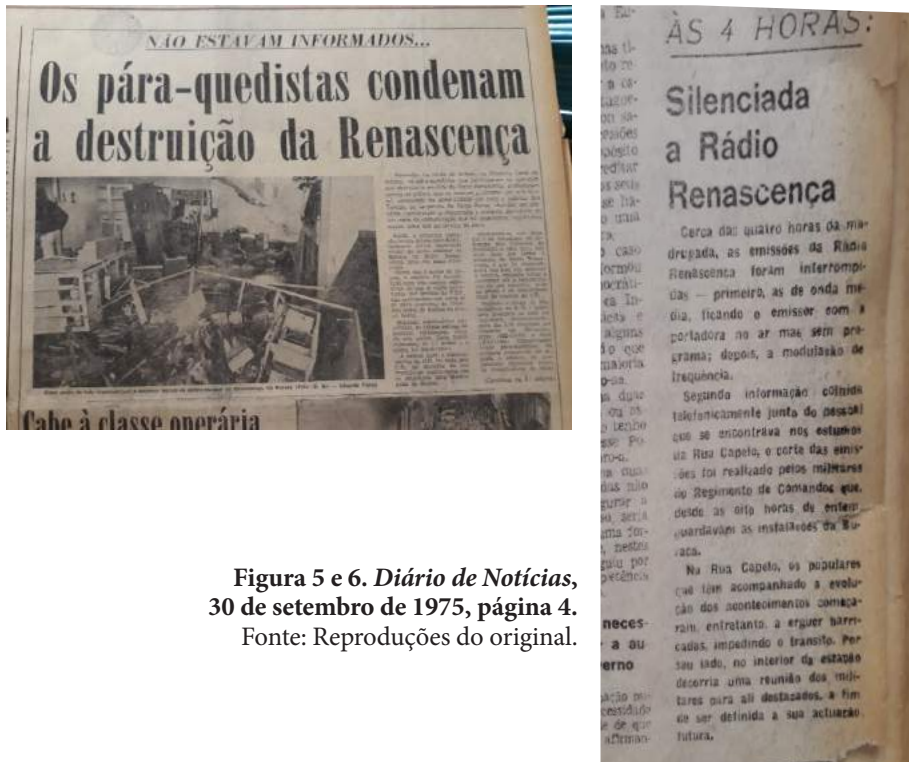


Figura 5 e 6. *Diário de Notícias*,
30 de setembro de 1975, página 4.
Fonte: Reproduções do original.

No entanto, na madrugada do dia 30, pelas 4 horas, o Diário de Notícias da conta de que a emissão da RR foi interrompida por ordem do Governo executada por militares do Regimento de Comandos. Os militares permaneceram nas instalações da rádio de forma a garantir que os trabalhadores da RR não voltariam a ocupá-la. Em 15 de outubro, selaram permanentemente as instalações da Radio Renascença. Somente após o rescaldo dos acontecimentos ocorridos com a tentativa de golpe no 25 de novembro de 1975, o Cardeal Patriarca de Lisboa consegue dissuadir o poder do intuito de nacionalizar a RR que é restituída à Igreja a 28 de dezembro de 1975 (Cádima, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1993). *The Field of Cultural Production: essays on art and literature*. Cambridge: Polity Press.
- Cádima, F. R. (2010). Media e democracia em Portugal. *Verso e Reverso*, XXIX(55), 11–17. <https://doi.org/10.4013/ver.2010.24.55.02>
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos: O Diário de Notícias, o Expresso e o Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Gomes, P. M. (2018). “Por onde vamos Portugal?” A agitação revolucionária de 1975 nos semanários Expresso, O Jornal e Tempo. In J. P. Sousa (Ed.), *Notícias em Portugal - Estudos sobre a imprensa informativa (Séculos XVI-XX)* (pp. 331–353). Lisboa: ICNOVA.
- Liliana Machado. (2010). *30 Anos de Reportagem na Imprensa Escrita do Porto*. Universidade Fernando Pessoa. Retrieved from https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1565/1/dm_lilianamachado.pdf
- Silva, J. C. e. (2013). *1975 - O ano do furacão revolucionário*. Lisboa: Porto Editora.